

**Um sonho possível: os 40 anos dos Centros Integrados de Educação Pública –
CIEPs**

*A possible dream; the 40th anniversary of Integrated Centers of Public Education –
CIEPs*

Patrícia Prado Faria¹
Rosa Maria Chaise²

Resumo:

Em comemoração aos 40 anos dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, o presente artigo traz um relato de experiência sobre o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Divulgação, criada no II Programa Especial de Educação (PEE) da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, composta por professores que tinham a tarefa de mostrar o cotidiano das escolas e difundir os princípios norteadores da escola de horário integral. Para tanto, consideramos a experiência vivenciada por uma das autoras, buscando na história do governador Leonel Brizola frente ao Governo do Rio Grande do Sul, onde a educação já era a sua principal bandeira, o projeto das “Brizoletas” que foi a semente para as futuras escolas de tempo integral. As memórias aqui registradas revelam não só a importância do trabalho desenvolvido, mas também reitera o orgulho de termos participado dessa experiência única.

Palavras-chave: Educação pública; Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs; escola de tempo integral.

Abstract:

In commemoration of the 40th anniversary of the Integrated Centers of Public Education – CIEPs, this article brings an experience report on the work developed by the Dissemination Coordination, created in the II Special Education Program (PEE) of the Rio de Janeiro State Department of Education, composed of teachers who had the task of showing the daily life of schools and disseminating the guiding principles of full-time schooling. To this end, we considered the experience lived by one of the authors, seeking in the history of Governor Leonel Brizola in front of the Government of Rio Grande do Sul, where education was already his main banner, the project of the "Brizoletas" that was the seed for future full-time schools. The memories recorded here reveal not only the importance of the work developed, but also reiterate the pride of having participated in this unique experience.

Keywords: Public education; Integrated Public Education Centers (CIEPs); full-time school.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

1 Introdução

Os CIEPs são um documento vivo, um símbolo de nossas vontades e de nossa caminhada ombro a ombro com o povo³.

Era o ano de 1983 e o então Governador Leonel Brizola assumia sua primeira gestão no Governo do Estado do Rio de Janeiro tendo como meta prioritária a Educação. Sua intenção era oferecer uma escola pública de tempo integral onde as crianças das camadas mais pobres da população pudessem ter o mínimo indispensável como o direito à alimentação, moradia, atendimento médico e recreação, direitos expressos na Declaração do Direitos da Criança (1959).

A escolha da educação como meta prioritária decorreu também das escolas públicas de 1º e 2º graus estarem sob jurisdição dos governos estaduais e municipais. Isso possibilitava uma importante concentração de esforços governamentais numa ação socioeducacional que pretendia transformar a realidade cultural e política do Estado do Rio de Janeiro.

Nunca no Brasil se fez uma escola popular de tempo integral. O que sempre vimos foi a adoção de um regime escolar em vários turnos que serviu para desmotivar as crianças a seguirem na escola, vista a situação de precariedade das famílias pobres e a necessidade da ajuda das crianças não só para compor a renda mensal, mas também para ajudar a cuidar dos irmãos.

A escola de vários turnos já foi testada consideravelmente na história da educação pública do Brasil e o que tem produzido é a repetência continuada que traz, como consequências diretas, a redução das vagas disponíveis ou a evasão, alimentando-se o crescente número de analfabetos e índices de delinquência infanto juvenil.

Temos que reconhecer que um dos fatores desse fracasso escolar reside no pouco tempo de atendimento que damos às crianças na escola, penalizando quase sempre aquelas mais pobres que em geral só contam com a escola para aprenderem algo. Enquanto as crianças com melhores condições financeiras utilizam a própria família ou professores particulares para reforçarem o aprendizado em sala de aula.

Diante disso, urgia providências no sentido de criar uma escola pública que permitisse o ingresso a todos, menos elitista e desigual, em um espaço educativo que proporcionasse uma prática

³ Trecho retirado de uma mensagem do governador Leonel Brizola publicada no O Globo, de 7 de março de 1987, p. 9.

pedagógica para a construção do conhecimento que produzisse sujeitos críticos, resguardando a dignidade e a identidade dessas crianças.

Na verdade, a educação brasileira vem buscando sua potencialidade há décadas, e um exemplo disso foi o projeto das Brizoletas, também conhecidas como escolinhas do Brizola, fruto do projeto “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, criado por Leonel de Moura Brizola em 1946, enquanto governador. O projeto teve grande repercussão: dos 154 municípios gaúchos 147 firmaram parcerias com o governo para a construção das escolas (Quadros, 2005). Diferente dos futuros CIEPs, eram pequenas escolas construídas de forma simples, cujo principal objetivo era a escolarização da população em idade escolar.

Assim, o governador Leonel Brizola, inspirado nas ideias de Darcy Ribeiro, no seu primeiro governo do Rio de Janeiro, fez a escolha por um projeto que fosse capaz de proporcionar às crianças em geral 8 (oito) horas de práticas educativas diárias com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e criou as escolas de horário integral.

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), também conhecidos como Brizolões, estão comemorando 40 anos de existência. Criados no início dos anos 1980 pelo então governador Leonel Brizola e pelo antropólogo Darcy Ribeiro, os CIEPs foram uma revolução na educação pública do Rio de Janeiro.

Apesar de enfrentarem resistência e muitas críticas na época, os CIEPs são lembrados como um marco importante na inclusão educacional e na democratização do ensino.

2 AS BRIZOLETAS: o início de tudo...

Como seres individuais ou como parte integrante de uma sociedade, descobrir o trajeto percorrido ajuda no entendimento do significado das práticas atuais.

Assim, em uma tentativa de buscar e entender fatos ocorridos, o retorno ao passado contribui para encontrar possíveis mudanças na realidade, com uma melhor compreensão sobre o processo de transformação da sociedade. Segundo Freire (1996), devemos reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro é problemático, e não inexorável, explicitando que existem muitas oportunidades e que nada está definido antes de acontecer.

É por meio da educação que nos tornamos sujeitos críticos com a possibilidade de uma maior participação junto à sociedade de forma a lutar por uma educação mais igualitária (Freire, Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2024

1987). Entretanto o que vem acontecendo é que a educação brasileira ainda não conseguiu mostrar o seu potencial e ser uma educação que trate todos como iguais.

Voltando ao passado, um esforço para tal foi a instauração do projeto das Brizoletas, implementadas, no sul do país, a partir de 1959 e que conforme Brizola (2013), entre 1959 e 1962, foram construídas 5.902 escolas primárias, 278 escolas rurais e urbanas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novas instituições. Todavia, os números são contraditórios e segundo Quadros (2005), que analisou os relatórios da Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE) de 1963, os números são divergentes. Para o autor, nos quatro anos de governo, construíram-se 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos. De acordo com Bemfica (2001), que analisou os números das séries históricas do IBGE, entre 1958 e 1962, em todas as redes municipais, o aumento no número de matrículas foi bem inferior.

Entretanto, nessa época a educação passava por muitas dificuldades e as interações sociais e políticas vinculadas às heranças de uma sociedade tradicional, oligárquica e patrimonial não evoluíam na mesma velocidade com que Brizola pretendia introduzir a educação em todas as regiões, apesar de ter ocorrido um aumento no número de escolas e no acesso à educação (Bemfica, 2001).

Enquanto governador do povo gaúcho, a educação foi a principal bandeira de Brizola e um dos temas que permeou a sua vida política foi a educação pública focada nas populações mais pobres. Conforme Frigotto (2023, p. 4),

[...] isso se liga a razões relativas à própria história de menino pobre do interior, onde as escolas, além de poucas, eram controladas por políticos e por denominações religiosas conservadoras e o professorado, em sua maioria sem formação pedagógica adequada, assumia as escolas por indicações de políticos, padres ou pastores. Mas também, certamente, as razões de natureza pessoal de eleger a educação como uma de suas agendas políticas permanentes inscrevem-se num contexto histórico mais amplo, em que a erradicação do analfabetismo e a ampliação da educação, hoje denominada Básica (Ensino Fundamental e Médio), vinculavam-se às reformas de base e à construção de um projeto de desenvolvimento econômico autônomo e se relaciona de forma permanente e forte à ação política de Brizola na crítica ao imperialismo, defesa da nação e da democracia.

Ao assumir o governo do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), que, segundo ele, seria “uma das mais importantes [secretarias] da atual administração” (Revista do Ensino, v. 9, n° 65, p. 11). O programa governamental tinha como meta escolarizar toda a população com idade entre 7 e 14 anos e erradicar o analfabetismo e, para tanto, foi pedido um levantamento completo da situação do ensino primário no estado, cujo relatório serviu de base para o planejamento da atividade governamental.

Esse levantamento apontou um déficit de vagas e o governo precisava superar o problema. Dessa forma, implementou um programa de escolarização o qual se baseou em cinco principais ações: Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP), Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE), contratação de professores, compra de vagas de escolas particulares em troca da cedência de professores estaduais e concessão de bolsas de estudo.

No ensino normal e secundário, houve um aumento do número de alunos e professores e o ensino técnico também foi objeto de um plano emergencial. O programa, que compreendia a ampliação e o reaparelhamento da rede escolar existente, com o objetivo de imediato aumento em capacidade de matrícula, serviu, também, de base para o posterior desenvolvimento do Plano de Expansão do Ensino Técnico no Rio Grande do Sul. Esse Plano envolveu a construção de novas instalações para oficinas, a ampliação de salas de aula e alojamentos para alunos internos, a locação e adaptação de prédios para a instalação de escolas ou cursos isolados, a aquisição de equipamentos, máquinas complementares e ferramentas, a restauração e reparação de prédios, a compra de material didático e a admissão de professores e pessoal auxiliar.

As escolas construídas no Rio Grande do Sul tornaram-se um símbolo do governo e do próprio governador. As Brizoletas constituíram um espaço planejado para educar. Não tinham fachadas imponentes; muitas sequer eram sólidas, já que foram construídas em ritmo de emergência. Pelo contrário, foram edifícios simples e modestos, mas que trouxeram, em sua concepção, uma missão civilizadora e de grande impacto social.

Os espaços das Brizoletas eram padronizados, todos pintadas de verde, amarelo e azul, eram feitos de madeira e com uma treliça em parte da área do alpendre, na frente. Conforme o tamanho do alunado, eram constituídos de uma ou duas salas de aula e um pequeno espaço para o preparo da merenda escolar. As maiores Brizoletas constituíam-se de duas ou três salas de aula, cozinha com fogão a lenha, armários, material de cantina, tudo de acordo com a época. Algumas, grandes,

geralmente em alvenaria, eram chamadas de escolas rurais. Possuíam, ainda, uma ala residencial, composta por cozinha, um quarto, sala e banheiro.

A Brizoleta pode ser concebida como a personificação de um projeto que priorizava uma educação de qualidade, podendo ser entendida como símbolo de uma época de mudanças através da educação, um reflexo de um pensamento, no qual se pode melhorar a sociedade por meio da educação (Moraes e Marinho, 2017).

Cabe ressaltar, conforme apontado por Quadros (2001, p. 1),

[...] que a ação educacional exercida por Brizola, enquanto governador do Rio Grande do Sul, longe de ser ocasional e fortuita, insere-se na perspectiva das políticas sociais de Estado que, neste caso, buscavam basicamente adequar as políticas públicas voltadas à educação ao projeto nacional-desenvolvimentista e modernizar a sociedade sob a égide do Estado. Sobre esses elementos convergem também a ideologia desenvolvimentista, o populismo e a decisão política de Brizola, que acabam por compor um quadro complexo onde a educação é eleita como matriz privilegiada do progresso e responsável pelo desenvolvimento e pela superação do subdesenvolvimento.

Seja como for, é inegável que as Brizoletas foram portadoras de significados, de tentativas, de promessas de uma educação acessível a todos e que seriam uma semente para as futuras escolas de tempo integral, os CIEPs.

3 CIEPs: a escola de tempo integral

Os Centros Integrados de Educação Pública foram criados em 1983, no primeiro governo Brizola no estado do Rio de Janeiro, influenciado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, um dos maiores mestres da educação no Brasil, e sempre serão lembrados como um marco na luta pela democratização do ensino e um esforço significativo para melhorar a qualidade da educação pública e promover a inclusão social.

Nesse período, a rede escolar encontrava-se em péssimas condições, com milhares de crianças fora da escola por falta de vagas e as que a conseguiam encontravam escolas superlotadas, restringindo o horário escolar a poucas horas.

Em entrevista para a Revista Isto É (p. 102), no dia 29/09/1982, o governador Leonel Brizola afirma que, “há uma situação dramática que está no meu plano de emergência: são as nossas

crianças. Isto é uma coisa que vou tratar no primeiro minuto. (...) Eu vou tratar de salvar as crianças. (...) Vou dar prioridade à educação”.

Brizola resolve, então, implantar um sistema de educação integral onde o aluno teria as aulas do currículo regular, faria suas refeições, estaria envolvido inclusive nos finais de semana em atividades culturais e teria assim uma educação de qualidade, situação inédita dentro da estrutura pública educacional. Os CIEPs seriam a forma dos filhos das famílias mais pobres terem acesso a uma educação de boa qualidade, a estarem alimentados e ligados à cultura como forma de lazer e aprendizado, o que os afastariam da rua e de qualquer atividade criminosa.

De acordo com Ribeiro (1986, p. 48), a tarefa principal dos CIEPs era

introduzir a criança no domínio do código culto, mas valorizando a vivência e bagagem de cada uma delas. A escola devia servir de ponte entre os conhecimentos já adquiridos pelo aluno e o conhecimento formal exigido pela sociedade letrada.

A primeira medida tomada foi criar uma Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, composta pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município, respectivamente Yara Vargas e Maria Yedda Linhares, pelo reitor da UERJ e pelo Vice-governador Darcy Ribeiro que exerceu a presidência e que também acumulava o cargo de Secretário de Ciência e Cultura, cujo objetivo era formular a política educacional do Rio de Janeiro e colocá-la em prática (Ribeiro, 1986).

Segundo a fala da Secretária Municipal do Rio de Janeiro Maria Yedda Linhares, “os CIEPs representam uma revolução na chamada escola pública que deixará de ser um gueto dos destinados ao fracasso para se tornarem uma possibilidade concreta de realização democrática neste país” (Mignot, 1994).

A Comissão funcionou como órgão diretor do I Programa Especial de Educação (I PEE), de 1983 a 1986, e teve como principal função a implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), a mais relevante experiência de escola de tempo integral na educação pública brasileira (Bomeny, 2008). Esta autora interpreta que o projeto educacional dos CIEPs teria também uma dimensão civilizatória, guardadas as diferenças de contexto entre uma modernidade europeia e brasileira, pois a intenção de Darcy Ribeiro era transformar os CIEPs em um espaço educativo que pudesse civilizar e emancipar as camadas populares da sociedade.

O Programa Especial de Educação foi concebido para democratizar a escola e o horário integral foi a proposta formulada para atingir este fim. A decisão política de diminuir as diferenças

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2024

de possibilidades sociais, que são determinadas desde o nascimento da criança e que continuam através da escola, intervindo no espaço escolar para reverter expectativas sociais, foi determinante nos conteúdos que alicerçaram o Programa.

Enquanto a Comissão debruçava-se a planejar a estrutura, o governo começou a atacar a infraestrutura: reformou os prédios escolares, descentralizou a distribuição da merenda escolar multiplicando-a e melhorando a qualidade da alimentação, aumentou a distribuição do leite e oficializou o transporte gratuito para os alunos uniformizados. Lançou também uma campanha chamada “Mãos à Obra nas Escolas” para atrair trabalho voluntário e apoio financeiro (Ribeiro, 1986).

Outra medida fundamental adotada foi o atendimento às reivindicações básicas dos professores, ou seja, a melhoria dos salários com a correção das distorções salariais e a reabertura do diálogo entre o governo, os professores e a comunidade.

O Centro Integrado de Educação Pública era uma escola que funcionava de 8 horas da manhã às 5 horas da tarde com capacidade para atender 1.000 alunos, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer utilizando a técnica do concreto pré-moldado que possibilitava montar cada CIEP como um jogo de montar, em um prazo mínimo de tempo. Dessa forma, conseguiram criar uma escola ampla, bonita, funcional e mais barata que um prédio escolar convencional.

Pela concepção de Niemeyer, cada CIEP era composto por três construções distintas: o Prédio Principal, o Salão Polivalente e a Biblioteca. O Prédio Principal possuía três pavimentos ligados por uma rampa central. No pavimento térreo localizavam-se o refeitório com capacidade para 200 pessoas e uma cozinha dimensionada para confeccionar as refeições diárias para até mil crianças. No outro extremo do pavimento térreo ficava o centro médico e, entre este e o refeitório, um amplo recreio coberto. Nos dois pavimentos superiores estavam localizadas as salas de aulas, um auditório, as salas especiais (Estudo Dirigido e outras atividades), as instalações administrativas e as moradias para alunos-residentes (Ribeiro, 1986).

Para os terrenos onde não seria possível instalar todas as três construções que integravam o Projeto-Padrão foi elaborada uma alternativa, denominada CIEP Compacto, que era composto apenas pelo Prédio Principal, ficando no terraço a quadra coberta, os vestiários, a Biblioteca e as caixas-d'água (Oliveira, 2022).

O projeto dos alunos-residentes possibilitava atender a crianças carentes ou em situação de abandono, tirando-as das ruas, oferecendo para isso a possibilidade de elas residirem

nos CIEPs, sendo adotadas por “pais sociais”, que ali também moravam com a tarefa de orientá-los. Essas crianças assistiam as aulas durante o dia e, à noite, permaneciam nos CIEPs.

A proposta pedagógica dos CIEPs era incluyente e inovadora e todos eram chamados a participar, não só os membros dos CIEPs, professores e funcionários, mas também a comunidade, respeitando sempre as experiências pessoais e as linguagens regionais dos alunos, estimulando o questionamento da realidade que os cercava.

No horário noturno, os CIEPs atendiam o Programa de Educação Juvenil, recuperando a parcela dos jovens que já tinha ultrapassado a idade de escolarização obrigatória e alfabetizava alunos de 14 a 20 anos, em uma relação de troca entre o saber universal e científico da escola e o saber das camadas populares (Ribeiro, 1986).

Os CIEPs foram financiados principalmente pelo governo do estado do Rio de Janeiro, com apoio do governo federal. O financiamento envolveu recursos significativos para a construção das escolas, manutenção da infraestrutura e implementação dos programas educacionais e sociais. Algumas vezes, receberam, também, o apoio de parcerias de empresas privadas e organizações não governamentais, que contribuíram com doações e recursos para a manutenção e melhoria das instalações.

Os CIEPs foram distribuídos estrategicamente em várias regiões do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de atender principalmente as áreas mais carentes e de maior vulnerabilidade social. Muitos deles foram construídos em áreas metropolitanas densamente povoadas, como a cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, para atender a uma grande quantidade de estudantes. Uma parte significativa foi localizada em áreas periféricas e comunidades carentes, onde a necessidade de infraestrutura educacional era mais urgente. Além das áreas urbanas, os CIEPs também foram distribuídos em regiões rurais e suburbanas, garantindo que crianças de diferentes contextos tivessem acesso a uma educação de qualidade.

A escolha dos locais para a construção dos CIEPs foi baseada em critérios de necessidade, como a falta de escolas adequadas, altos índices de evasão escolar e a presença de comunidades em situação de vulnerabilidade. Essa distribuição geográfica visava não apenas melhorar a infraestrutura educacional, mas também promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais no acesso à educação.

Os CIEPs tiveram um impacto significativo na educação pública do Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, dentre eles podemos citar: foram pioneiros na implementação da educação Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2024

em tempo integral, oferecendo atividades extracurriculares, alimentação e cuidados de saúde, além do currículo regular, isso ajudou a manter os alunos na escola por mais tempo e a reduzir a evasão escolar; promoveram a inclusão social ao oferecerem uma educação de qualidade para crianças de comunidades carentes, assim auxiliaram a reduzir as desigualdades sociais e a promover a inclusão social; proporcionou um ambiente de aprendizado mais rico e estimulante com sua infraestrutura moderna e completa; introduziram novas metodologias de ensino e práticas pedagógicas inovadoras, influenciando outras redes de ensino a adotarem abordagens semelhantes.

Entretanto, os CIEPs enfrentaram vários desafios ao longo dos anos como a manutenção das instalações e a continuidade dos serviços oferecidos que exigiam um investimento contínuo e significativo, além de enfrentarem resistência de setores políticos que discordavam do modelo de educação integral, dos altos custos envolvidos, da implementação de um modelo educacional inovador que exigia a capacitação contínua dos professores e funcionários. Houve também dificuldades em relação a estabelecer uma relação com algumas comunidades, o que limitou o impacto social esperado e a opinião pública que eram decisivos para o apoio político e social necessário para a continuidade do projeto.

O segundo governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro ocorreu de março de 1991 a abril de 1994. Durante esse período, Brizola focou em várias iniciativas importantes e entre elas a continuidade e a expansão dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs.

Ao se retomar a implantação dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro, depois de um período de abandono dos prédios e dos professores a sua própria sorte, mais do que nunca foi necessária uma enorme vontade política para superar a descrença do magistério do Estado e da sociedade em geral. E foi esta vontade política que deu a certeza de que seria possível recomeçar o que se deixou pelo meio da estrada. O reinício do PEE (Programa Especial de Educação) no âmbito do estado do Rio de Janeiro se deu após quatro anos de deliberadas ações de desativação dos CIEPs, promovidas pela administração anterior que deixou, ao mesmo tempo, todas as escolas, também de horário parcial, ao abandono e relegadas a iniciativas individuais. Todo esse tempo de descaso e de precariedade do sistema educacional gerou um descrédito do professorado quanto a qualquer política educacional, de qualquer governo. E foi a partir desse contexto que a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro retomou o Programa Especial de Educação, em toda a sua natureza e firmeza de propósitos (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 1991).

Outro ponto fundamental na recuperação das escolas foi a formação do Conselho Pedagógico, responsável por nortear a ação educativa dos CIEPs, composta por professores da maior representatividade da educação brasileira, como por exemplo, Paulo Freire⁴, Pedro Demo⁵, Hésio Cordeiro⁶ e Lia Faria⁷.

Nesse contexto, os CIEPs estavam sendo recuperados, as crianças estavam novamente em uma escola de horário integral e, igualmente, estavam abertos para todos.

4 Compartilhando o cotidiano das escolas de horário integral

É fácil entender que diante de um projeto educacional de tamanha profundidade pedagógica, objetivando uma marcante transformação social, como foi arrolado brevemente acima, provocasse tanto interesse de profissionais, não só da área da educação, mas também da área econômica, social, artística e política, enfim de toda a sociedade civil. Todos os que apoiavam e, também, aqueles que criticavam, queriam ver, saber e conhecer de perto as escolas que estavam modificando a realidade escolar fluminense.

Assim, apostando no intercâmbio e no diálogo como parte integrante do processo democrático, o Programa Especial de Educação (PEE) fez dos CIEPs escolas abertas à participação comunitária, onde qualquer pessoa e instituição do Brasil ou do exterior que tivesse interesse em conhecer o dia a dia dessas escolas poderia visitá-las.

Era preciso mostrar para “fora dos muros das escolas” aquilo que realmente acontecia dentro delas. O que faziam as crianças, o que comiam, como era dividido o seu tempo de estudos, o que liam, como eram cuidadas na parte médico-odontológica e como viviam os alunos residentes.

Além de serem instituições de ensino, capazes de transmitir conhecimento e torná-las plenas usuárias da informação impressa e do domínio da tecnologia, era fundamental que as escolas

⁴ Paulo Freire (1921-1997) foi um dos mais importantes pedagogos brasileiros. O educador criou um método de ensino inovador acreditando que a educação era uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade.

⁵ Pedro Demo (1941) é um sociólogo e professor universitário brasileiro. É professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos dessa mesma universidade

⁶ Hésio de Albuquerque Cordeiro (1942-2020) foi um médico, professor e pesquisador brasileiro. Foi presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS/MPAS) e reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁷ Lia Ciomar Macedo de Faria é pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa e professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi Secretária Municipal de Educação de Niterói e Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

estivessem inseridas na vida da comunidade, não apenas oferecendo os seus serviços para aumentar a qualidade de vidas das famílias dos alunos, mas também permitindo uma participação democrática no processo educacional dos futuros cidadãos brasileiros.

No primeiro período do Programa, entre 1983 e 1986, diante de tantos desafios, principalmente em relação à implantação dos prédios, capacitação permanente dos professores, elaboração do material pedagógico entre outros, não se conseguiu organizar um método de visitação às escolas e, conseqüentemente, um compartilhamento do seu conceito inovador e do seu funcionamento de forma estabelecida e sistemática. Isso era feito a cada pedido, sem uma estruturação formal.

Em função da dimensão que o Programa atingiu, era preciso dar visibilidade de forma mais organizada a tantos pedidos e solicitações de visitação aos CIEPs, oriundas de vários lugares do Brasil e do exterior.

Para tanto, no II PEE, no período de 1991 a 1994, foi criada a Coordenação de Divulgação responsável pela exposição do trabalho desenvolvido nos CIEPs, constituída por professores que tinham a tarefa de mostrar o cotidiano das escolas, bem como difundir os princípios norteadores dessa escola de horário integral.

Além disso, essa coordenação acompanhava e se articulava com as demais coordenações do Programa (alunos residentes, educação juvenil, animação cultural, saúde, educação física, biblioteca, informática, estudo dirigido, material pedagógico), para escolherem quais CIEPs deveriam ser visitados. Esse acompanhamento servia não só para a divulgação e demais coordenações, mas também como uma ação complementar à Direção dos CIEPs.

Impossível arrolar, aqui, todos aqueles que visitaram as escolas nesse período e as notícias veiculadas tanto na imprensa nacional, como na mídia internacional, mas podemos citar, além dos canais de comunicação de todo o território nacional, alguns grandes veículos internacionais, como o New York Times (USA), o Der Spiegel (Alemanha), o El País (Espanha) e o The Evening Bulletin (USA).

Incontáveis escolas de formação de professores e profissionais da área da educação, tanto do Brasil como do exterior, tiveram contato, via visitação, com o dia a dia dos alunos, com as residências que abrigavam os necessitados, com o catálogo de livros que a biblioteca oferecia, com a comida servida, com o prédio especialmente desenhado, com o mobiliário utilizado e, principalmente com a sua concepção pedagógica.

Destacamos a visita de um grupo de professores da University of Wisconsin - Madison School of Education, liderados pelo Professor Robert Tabachnik, ao CIEP Nação Rubro Negra, no Rio de Janeiro, onde puderam vivenciar a rotina dos alunos e a dinâmica dos professores. Esta experiência foi tão exitosa, em termos do conhecimento dos principais propósitos das escolas de horário integral, que resultou no convite à coordenadora de Divulgação para que visitasse a Universidade de Wisconsin, Faculdade de Educação, e falasse ao seu corpo docente sobre a experiência dos CIEPs.

A oportunidade de compartilhar a revolução educacional que se pretendia com a experiência pedagógica dos CIEPs, que incluía a permanência da criança na escola durante o dia todo, a aposta na formação continuada dos seus professores e a intensa participação da comunidade escolar, foi bastante significativa na comparação com a realidade americana, mais desenvolvida, onde a rede escolar já oferecia aos seus alunos todas essas possibilidades. O relato do Programa Especial de Educação (PEE), nos seus dois momentos, para esses profissionais de educação, foi a oportunidade de conhecerem outra realidade social e compararem com práticas já há longo tempo desenvolvidas nos Estados Unidos.

As escolas de horário integral, os CIEPs, desde a sua implantação até o final do segundo governo Brizola, foram percorridos, também, por personalidades e governantes que faziam da sua visita um ponto importante nas suas agendas político culturais. Infelizmente, não existem muitos registros de todos aqueles que conheceram as escolas durante o período, mas podemos citar, entre muitas, a visita do ex-presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, em 1992, ao CIEP Chanceler Willy Brandt, em São Gonçalo. Também neste CIEP, em 1983, esteve o presidente do Uruguay, Luis Alberto Lacalle.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou fazer um breve relato sobre a implantação e o funcionamento dos Centros Integrados de Educação Pública-CIEPs, destacando as ações desenvolvidas pela Coordenação de Divulgação, no sentido de gerar visibilidade ao projeto com o propósito de multiplicar as práticas adotadas, tanto na esfera pública como na privada.

Estamos celebrando os 40 anos da existência do Programa Especial de Educação (PEE), criado com a finalidade de consolidação de uma escola pública de qualidade e transformadora para Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2024

as classes populares. Assim, é importante resgatarmos essa memória na página da educação do nosso país.

Sem dúvida, os CIEPs foram um dos projetos educacionais mais representativos em termos de educação no Brasil no final do século XX. Não há registro de outra iniciativa que tenha tido tamanha envergadura pedagógica e social objetivando mudar a realidade escolar dos mais carentes, como a que foi oferecida nas escolas de horário integral.

A sua implantação permitiu, além de melhores oportunidades escolares, acesso à assistência na área da saúde e ingresso aos bens culturais existentes. A proposta, em síntese, visava ao conhecimento da letra culta, à formação de novos hábitos, ao desenvolvimento de padrões de sociabilidade, à mudança de comportamento e ao estabelecimento de uma relação mais interativa entre a escola e a comunidade.

Representaram uma curta experiência de escola de tempo integral (1983-1987/1991-1994), mas que teve um grande impacto na realidade fluminense e fora dela, que ainda é visível não só nos prédios remanescentes e nos registros históricos, mas também na memória daqueles que investigam e almejam uma educação para todos.

Apesar dos desafios e das críticas enfrentadas ao longo dos anos, os CIEPs deixaram um legado importante na educação brasileira e continuam a ser um exemplo de inovação e inclusão educacional.

Mesmo tendo passado tanto tempo, falar sobre os CIEPs traz recordações muito gratificantes e um sentimento de orgulho de termos participado da equipe que os fizeram acontecer.

Referências

BEMFICA, F. C. M. *Desconstruindo mitos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

BOMENY, H. Salvar pela escola: programa especial de educação. *In*: FERREIRA, M. M. (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV: ALERJ, 2008. p. 95-127.

BRIZOLA, J. *Escola de Tempo Integral: a semente do amanhã*. 2. ed. Porto Alegre: Assembleia dos Gaúchos, 2013. 60 p.

BRIZOLA, L. *Revista Isto É*, p. 102, 20 set. 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2024

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. As “Brizoletas”: sentido, contexto histórico e contraste com o tempo presente. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *História dos Direitos da Criança*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MIGNOT, A. C. V. Monumento à Educação: Escola Pública de tempo integral. *Revista do Rio de Janeiro/UERJ*, ano 2, n. 3, jan./jun. 1994.

MORAES, L. B.; MARINHO, A. Brizoletas: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação. *Educação Santa Maria*, v. 42, n. 3, p. 615-628, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, C. Cieps, um fenômeno que teve seu fim como modelo de educação. *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso 14 ago. 2022.

QUADROS, C. *Marcas do tempo: imagens e memórias das Brizoletas*. Santa Maria: Unifra, 2005.

QUADROS, C. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação do Rio Grande do Sul (1959-1963). *Revista Teias*, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: SEC, v. 9, n. 65, nov. 1959.

RIBEIRO, D. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 13, 1991.